

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
 2003

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

COTAÇÕES E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

A INDICAÇÃO DO NÚMERO DE LINHAS/PALAVRAS VISA APENAS ORIENTAR O ALUNO RELATIVAMENTE AO GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA, PELO QUE NÃO SE PROPÕE QUALQUER PENALIZAÇÃO PARA O NÃO CUMPRIMENTO DESSA INDICAÇÃO.

GRUPO I

Questões 1. e 2.

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Rigor da análise do excerto apresentado	10 pontos
Coerência lógica da resposta	7 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica.....	4 pontos
Correcção da expressão escrita	4 pontos
TOTAL	25 pontos
TOTAL das Questões 1. e 2. (2 × 25) =	50 pontos

- A **inadequação** da resposta à questão formulada implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A **mera transcrição** de frases do texto implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Questão 3.

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Adequação dos conhecimentos mobilizados.....	35 pontos
Coerência lógica da resposta	15 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica.....	10 pontos
Correcção da expressão escrita	10 pontos
TOTAL da Questão 3. (1 × 70) =	70 pontos
TOTAL DO GRUPO I	120 pontos

- A **inadequação** da resposta à questão formulada implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Se a resposta **não manifestar** conhecimento da obra, a pontuação será de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/C/1

Tópicos de conteúdo:

O MESTRE, Santo Agostinho

1. «Aprender» não consiste na apreensão da locução, nem mesmo na do significado das palavras proferidas pelos professores, que não são «propriamente homens que ensinam, mas sim ensinados». Os discípulos aprendem quando consideram consigo mesmos se se disseram coisas verdadeiras, consultando uma Verdade interior.
2. A Verdade consultada interiormente é Cristo. Por isso, o único Mestre está nos Céus e não devemos chamar mestre a ninguém na terra. É Ele também que, através dos mestres, por meio de sinais e de fora, «nos incita a que nos voltemos para Ele no nosso interior, para sermos ensinados».
3. O extracto contém a conclusão da obra: «o único Mestre de todos nós está nos Céus» e não devemos chamar mestre a ninguém na terra nem julgar que é ouvindo palavras que aprendemos. A estrutura das palavras enquanto sinais: som e significação. Primado das coisas sobre os sinais. Estes «incitam-nos apenas a buscar as coisas, não no-las apresentam para as conhecermos». Só ensina verdadeiramente quem nos manifesta as coisas que queremos conhecer. Só a Verdade interior nos manifesta que as palavras dos chamados mestres são verdadeiras. É pela visão íntima e pura desta Verdade que conhecemos que o que foi dito é verdadeiro, não pelas palavras. «Se realmente se dizem coisas verdadeiras, só o ensina Aquele que, quando nos falavam de fora, nos advertiu que Ele habitava no interior»: Cristo, a sempiterna Sabedoria.

PROSLOGION, Santo Anselmo

1. Conhece-se a natureza divina não através dos sentidos ou da observação da natureza, mas através da análise da ideia de uma realidade suprema, melhor do que a qual nada se pode pensar. Assim, deve-se atribuir a Deus todas as perfeições e em grau máximo (via de eminência): «vida, luz, sabedoria, bondade, eterna bem-aventurança e bem-aventurada eternidade; e que está em toda a parte e sempre».
2. O conhecimento de Deus não elimina a sua absoluta transcendência relativamente à criatura, que apenas O conhece de algum modo e não tal como é. Por «enfermidade» sua e ofuscada pelo fulgor de Deus, a alma não tem presente o que encontrou. Obscurecida pela sua pequenez, afoga-se na imensidade divina.
3. A intenção da obra: reportar a um único argumento a meditação filosófica sobre a existência e a natureza divinas. O argumento ontológico. Natureza e pressupostos filosóficos do argumento. O conhecimento da natureza divina. Carácter paradoxal deste conhecimento: certas propriedades divinas parecem incompatíveis entre si devido às limitações humanas. A absoluta transcendência de Deus.

O SER E A ESSÊNCIA, São Tomás de Aquino

1. A noção de género ou a de espécie convêm à essência enquanto é significada como um todo, como no termo «homem» ou no termo «animal», na medida em que estes contêm implícita e indistintamente tudo aquilo que está no indivíduo. Assim, por exemplo, posso dizer que Sócrates é homem.
2. A essência considerada segundo o primeiro modo, de modo absoluto, indiferenciado, «segundo a sua noção própria», refere-se exclusivamente aos predicados que estão incluídos na sua definição. No segundo modo, a essência é considerada segundo a existência que tem nos seres individuais, podendo dela ser predicado tudo o que pode ser predicado dos indivíduos.
3. Modo como o género, a espécie e a diferença se relacionam com a essência e com os indivíduos. A essência das substâncias compostas refere-se simultaneamente à matéria e à forma. Duas maneiras de conceber a essência: incluindo a matéria concretizada (significação completa) ou apenas do ponto de vista da forma (significação incompleta). Só o primeiro modo convém ao género e à espécie.
Valorização da existência concreta. Primado do ontológico sobre o lógico.

REDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, São Boaventura

1. A luz da Sagrada Escritura conduz a objectivos superiores.
Está para além da razão humana.
Descende de Deus, «Pai das luzes», por investigação divina.
2. O sentido espiritual da Sagrada Escritura é alegórico, moral e anagógico.
O sentido alegórico diz respeito à fé, ensina-nos o que devemos crer relativamente à Divindade e Humanidade de Cristo.
O sentido moral aplica-se aos costumes, ensina-nos como devemos viver.
O sentido anagógico orienta-nos quanto à união da alma com Deus, fim da fé e dos costumes.
3. As diferentes iluminações (luz da arte mecânica, luz do conhecimento sensível, luz do conhecimento filosófico, luz da graça e da Sagrada Escritura) apresentam todas elas verdades fundamentais, que podem contribuir para a salvação eterna.
Superioridade da luz da Sagrada Escritura.
Subordinação de todas as ciências à teologia.

PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, R. Descartes

1. A liberdade é conhecida no próprio acto de duvidar.
Mesmo que fôssemos enganados por um ser todo-poderoso e malévolo, poderíamos evitar errar, suspendendo o juízo.
A liberdade pode ser considerada como «noção comum entre as mais comuns noções».

2. Trata-se do problema de conciliar a liberdade da vontade com a pré-ordenação divina de todas as coisas, a providência divina.
Ambas estas noções são clara e distintamente conhecidas como verdadeiras. Porém, a compreensão de como se conciliam entre si ultrapassa os estreitos limites do nosso entendimento.
3. Temos um livre-arbítrio que faz com que nos possamos abster de considerar as coisas duvidosas, e assim impedir-nos de ser enganados.
Suspensão dos juízos sobre qualquer proposição cuja verdade possa ser colocada em dúvida. O *cogito* e o critério da evidência. Necessidade de demonstrar a existência e veracidade de Deus. A veracidade divina legitima o critério da evidência.
É impossível atribuir a Deus os nossos erros. A razão humana, criada por Deus para a verdade, não pode errar naquilo que entende perfeitamente. O erro resulta de estendermos o assentimento da vontade àquilo que não conhecemos clara e distintamente.

CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, J. Locke

1. Em primeiro lugar, «não há jurisdição eclesiástica para os assuntos terrestres, e o ferro e o fogo não são instrumentos adequados para combater os erros e instruir ou converter os espíritos dos homens».
Em segundo lugar, mesmo supondo que a uma igreja era permitido perseguir outra, não seria possível determinar qual delas teria legitimidade para tal, uma vez que ambas se consideram a si mesmas ortodoxas e à outra herética. Nenhum juiz, excepto o supremo (Deus), pode emitir uma sentença sobre a verdade dos dogmas ou da norma do culto.
2. O magistrado civil não tem jurisdição para decidir em favor de uma das igrejas em disputa, oferecendo-lhe a sua espada para castigar os heterodoxos.
Ninguém admitirá que o imperador turco, em Constantinopla, possa favorecer uma igreja cristã em detrimento de outra. Mas, como «o poder civil é o mesmo em toda a parte», também os príncipes cristãos estão impedidos de tomar partido nas disputas entre igrejas.
3. A separação entre Igreja e Estado como base da doutrina da tolerância. Diferente natureza destas instituições, do poder que exercem e dos meios de que podem legitimamente servir-se.
O poder das igrejas exerce-se sobre as consciências e visa a salvação das almas, mediante as admoestações e as exortações, não podendo usar meios coercivos que são, além disso, ineficazes.
O poder dos magistrados, idêntico em todo o lado, exerce-se sobre as acções externas e visa a conservação e promoção dos bens civis com a força coerciva das leis.
Nem as igrejas se podem perseguir mutuamente, nem os magistrados podem tomar partido na disputa, favorecendo uma e emprestando-lhe a espada da lei. Só Deus é juiz nesta matéria.
A liberdade religiosa e a universal tolerância são condições da paz civil, que o magistrado tem o dever de assegurar. As igrejas, por seu turno, devem preocupar-se com difundir o Evangelho da Paz e com a prática da caridade, renunciando a lutas fratricidas.

DISCURSO DE METAFÍSICA, G. W. Leibniz

1. Tudo está em conformidade com a ordem universal. As acções extraordinárias de Deus são-no apenas em relação ao nosso espírito finito. Nem sequer é possível simular acontecimentos que não sejam regulares. Tudo acontece segundo uma regra. Quando a regra subjacente a um acontecimento é muito complexa, o nosso entendimento limitado considera que se trata de uma irregularidade.

2. O mais perfeito, tanto quanto o nosso espírito pode conceber, significa «o mais simples em hipóteses e, ao mesmo tempo, mais rico em fenómenos». Deus é como um excelente geómetra. Simplicidade das vias de Deus, relativamente aos meios, e variedade e abundância dos efeitos.
3. Deus e a ordem geral do mundo. Deus é uno e perfeito. Da perfeição divina deduzem-se a bondade e a perfeição do mundo criado. Princípio do melhor. O mais perfeito dos mundos possíveis é constituído por substâncias individuais (totalidades monádicas). Cada substância singular exprime o universo à sua maneira e, na sua noção, contém todos os seus predicados e todos os seus acontecimentos futuros. Teoria da harmonia preestabelecida.

FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, I. Kant

1. A matéria da acção reside no objecto, nos efeitos que se pretendem alcançar, nos elementos *a posteriori*, relativos às condições espaço-temporais em que é praticada a acção e às inclinações do sujeito.
A forma relaciona-se com o princípio do querer, abstraindo de todos os objectos da faculdade de desejar. É estabelecida *a priori* e ordena a acção moral independentemente das condições particulares em que é realizada.
2. O valor moral da acção praticada por dever é incondicionado, ou seja, universal, válido para todo o ser racional, independentemente da relação com os móveis e dos fins subjectivos que se pretendem alcançar. Esse valor reside na máxima e deve poder ser estabelecido totalmente *a priori*, «pelo princípio formal do querer em geral».
3. A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, mas somente pelo querer, ou seja, em si mesma. A acção com valor moral é praticada por dever e não é, apenas, conforme ao dever. O valor moral da acção reside no princípio formal do querer. O «dever é a necessidade de uma acção por respeito à lei». O dever traduz a relação da lei moral da razão com uma vontade não absolutamente boa. Apresenta-se como um imperativo categórico.

GRUPO II

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Plano prévio – estrutura e adequação	8 pontos
Seleccção correcta dos conhecimentos para desenvolver o tema escolhido	20 pontos
Apropriação pessoal dos conhecimentos e apreciação do modo como o tema foi tratado pelo autor, na obra	10 pontos
Coerência lógica da resposta	20 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica	10 pontos
Correcção da expressão escrita	12 pontos
TOTAL	(1 × 80) = 80 pontos
TOTAL DO GRUPO II	80 pontos

- Se o aluno não identificar a obra e não **resultar óbvio** do seu texto a que obra se está a referir, ou se escolher um par obra-tema diferente dos indicados, a pontuação será de 0 (zero) pontos.
- A **inadequação da resposta** à questão implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Dado o objectivo deste grupo serão de aceitar respostas diversificadas, desde que se reportem a **um dos pares obra-tema indicados na prova** e revelem uma selecção adequada dos conhecimentos da obra e um posicionamento crítico.

Tópicos de conteúdo:

DA NATUREZA, Parménides

TEMA: Verdade e opinião

Dois caminhos de investigação: a verdade e a opinião.

A via da verdade conduz-nos ao que é, ao que não pode não ser. Identificação entre pensamento e realidade. «O mesmo é pensar e ser.» Partindo do uso da razão, chega-se aos atributos do ser: o ser é eterno, imutável, uno, idêntico a si mesmo, completo.

A via da opinião conduz-nos à aparência, baseia-se nos sentidos, «no costume mui experimentado». Supõe que ser é e não é. Atribui às coisas, por via dos nomes, uma existência separada, ilusória. Afirma a multiplicidade, o devir.

GÓRGIAS, Platão

TEMA: Filósofos, oradores e política

Os oradores e os filósofos têm formas opostas de considerar a política. Os oradores usam a retórica, enquanto parte da adulação – «actividade empírica que visa o prazer» –, para satisfazer os seus desejos particulares. Os filósofos partem do conhecimento racional do bem e preocupam-se em educar os cidadãos, em contribuir para a sua felicidade e em formá-los no conhecimento da justiça e na prática da virtude.

Sócrates como o verdadeiro político, não por procurar conquistar os votos através da eloquência que agrada ao povo ou satisfazer todos os seus desejos e caprichos, mas porque está empenhado em melhorar a alma dos seus concidadãos, em torná-los justos e regrados.

O conhecimento filosófico como condição de uma política fundamentada racionalmente.

FÉDON, Platão

TEMA: A concepção platónica de alma

Na noção platónica de alma convergem duas tradições: a homérica, segundo a qual a alma é o sopro vital que anima o corpo e que se esvai como fumo após a morte, e a órfico-pitagórica, que atribui à alma subsistência antes da sua união com o corpo e após a morte deste, concebendo a vida filosófica como purificação e meio para a libertação definitiva do corpo.

Num primeiro momento da obra, a noção platónica de alma e de imortalidade revela a influência desta última tradição. A filosofia é entendida como «treino de morrer e estar morto», que permitirá à alma purificar-se do contágio do corpo e libertar-se do ciclo das reencarnações, reintegrando o mundo inteligível com o qual é «aparentada». A alma possui, pois, uma natureza distinta do corpo e subsiste independentemente dele.

Num segundo momento, as objecções de Símiias e Cebes e as respostas de Sócrates às mesmas marcam uma inflexão da argumentação, que, começando por criticar aspectos da concepção pitagórica, acaba por, no último argumento, revalorizar elementos da tradição homérica: a alma é o princípio que dá vida ao corpo, é portadora da Forma de Vida e jamais pode acolher a morte, «batendo em retirada».

V.S.F.F.

114/C/7

CATEGORIAS, Aristóteles

TEMA: Estatuto ontológico do indivíduo

O primado do ser concreto e individual sobre o abstracto e universal.

O sentido primário e fundamental da substância é o de ser determinado e só este é substância em sentido próprio, substância primeira e por excelência, nunca se predicando de um sujeito nem estando presente num sujeito.

Os universais espécie e género são substâncias em sentido derivado, substâncias segundas, pois são substâncias apenas na medida em que subsumem substâncias primeiras, sem as quais não haveria nenhuma das outras substâncias.

Entre as substâncias segundas, a espécie é mais substância do que o género, por estar mais próxima da substância primeira e porque «predicamos os géneros das espécies, mas nunca podemos predicar as espécies dos géneros».

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel

TEMA: Filosofia e filosofias

Necessidade de ligar as filosofias singulares ao todo da filosofia.

A diversidade das filosofias conduz à representação habitual acerca da História da Filosofia como exposição de meras opiniões. A opinião, porém, é uma representação subjectiva e não um pensamento universal. Não há opiniões filosóficas. A filosofia ocupa-se da verdade, que só se alcança pelo labor do pensar.

A diversidade das posições filosóficas liga-se também à representação da inutilidade da filosofia e à impossibilidade de se alcançar o conhecimento filosófico da verdade. A vitalidade do Espírito não se deixa contentar com reflexões como esta. Tal multiplicidade não só não causa prejuízo à própria filosofia como é essencial para a sua existência como ciência.

A História da Filosofia entendida racionalmente é o conhecer do desenvolvimento concreto da Ideia. A natureza da Ideia é desenvolver-se, tornar-se naquilo que é. A Ideia concreta é a unidade de diferentes.

A filosofia no presente é o resultado do trabalho de todas as gerações precedentes do género humano.

Cada filosofia está conservada enquanto momento particular do todo e tem o seu lugar determinado, no qual tem o seu verdadeiro valor e significado. Assim, a História da Filosofia não é uma colecção de opiniões contingentes, mas uma conexão necessária dos diferentes momentos da realização da Ideia.

TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental

TEMA: Filosofia e ciência

A ciência e a filosofia dos tempos modernos «caminharam sempre de mãos dadas, apoiando-se, inspirando-se e corrigindo-se mutuamente». Recusa do antagonismo entre ciência e filosofia. «O terreno da especulação está limitado aos primeiros princípios das coisas e às ideias fundamentais; o grande e variado mundo dos factos pertence inteiro à observação, à experiência e indução.»

A ciência tem um ponto de vista elementar, incompleto, abstracto e limitado à esfera dos fenómenos. No entanto, a filosofia não deve prescindir dos dados fornecidos pela ciência. A nova síntese filosófica deve ser indutiva, integrando os resultados positivos das ciências.

A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche

TEMA: A natureza do socratismo

Significado metafísico da tragédia grega. Apolo e Dioniso.

O socratismo estético: com a tragédia de Eurípedes, desfaz-se o equilíbrio harmonioso entre os instintos apolíneo e dionisiaco; a força do mito cede o lugar à crítica racional. Querendo expulsar o irracional (Dioniso), Eurípedes precipita a morte da tragédia e prenuncia o advento da ciência.

Sócrates, protótipo do homem teórico. O domínio absoluto da dialéctica. A filosofia reivindica a função metafísica que até então pertencera à arte. O optimismo teórico.

O trágico e a «serenidade» da cultura grega decadente. A cultura alexandrina.

As contradições do socratismo. A necessidade da arte (Sócrates dedicando-se à música no momento da sua morte). Decadência europeia e renascimento da tragédia.

DA CERTEZA, L. Wittgenstein

TEMA: Dúvida e certeza

«Uma dúvida que duvidasse de tudo não seria uma dúvida.» As questões e as dúvidas dependem do facto de certas proposições estarem isentas de dúvida, como dobradiças sobre as quais podem girar as nossas dúvidas.

Que a terra existia muito antes de eu ter nascido, que o aparelho com que faço certas experiências não é uma ilusão, que as palavras que profiro possuem um sentido e que, se me levantar agora, posso estar seguro de ter dois pés que me sustentam são proposições certas, ainda que não faça sentido dizer que sei essas coisas.

Essas proposições não são pressupostos teóricos, mas comportamentos social e biologicamente determinados. A sua certeza deve ser encarada como uma «forma de viver», veiculada pelo jogo de linguagem, e este «está aí – como a nossa vida». Pô-las em dúvida é não jogar ou jogar mal o jogo. A pergunta «como é que eu sei...» empata o jogo de linguagem ou mesmo acaba com ele.

Este tipo de convicções forma um sistema, uma «imagem do mundo» que condiciona toda a comunicação e que é adquirida pela educação. «A minha vida consiste em eu contentar-me com aceitar algumas coisas.» «É sempre graças à Natureza que alguém sabe alguma coisa.»

ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty

TEMA: Filosofia e acção

«A filosofia claudica.» A situação do filósofo é contraditória na medida em que quer participar e manter a distância. A filosofia não é uma ocupação séria. O homem sério diz sim a uma só coisa, os filósofos querem os contrários: realizar, destruindo; suprimir, conservando. O filósofo dá uma atenção mais aguda do que qualquer outra pessoa à acção, mas sente-se que está de fora.

No entanto, a diferença entre o filósofo e o homem de acção é idêntica à que existe, em todos os homens, entre o homem que escolhe e o homem que compreende. O filósofo não está tão afastado dos outros homens quanto pode parecer. Mesmo o homem de acção não é inteiramente monolítico, também ele se interessa pela verdade.

A ironia filosófica determina um certo tipo de acção entre os homens. O filósofo tem de tomar posição. «O absoluto do filósofo não se situa em parte alguma, nunca está algures, tem de ser defendido em cada acontecimento.» O filósofo e os outros homens pensam a verdade no acontecimento. «O coxear do filósofo é a sua virtude.»

V.S.F.F.

114/C/9

OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell

TEMA: Princípios *a priori* e experiência

Há um conjunto de princípios que não podem ser provados ou refutados por intermédio da experiência. São estes princípios que permitem fazer inferências a partir do que é dado na sensação.

O conhecimento destes princípios é *a priori*, isto é, é logicamente independente da experiência, mas é obtido e causado pela experiência: é por intermédio de experiências particulares que tomamos consciência dos princípios gerais.

Todo o conhecimento *a priori* acerca da existência é hipotético: diz-nos que se uma proposição é verdadeira, outra tem de ser verdadeira. O conhecimento da existência de uma coisa depende sempre em parte da experiência.

O conhecimento das proposições gerais da matemática e da lógica não pode ser explicado, como pretendiam os empiristas, pelo conhecimento de generalizações empíricas, porque este conhecimento é geral e qualquer experiência é sempre particular.

O conhecimento *a priori* diz respeito a entidades que não existem nem no mundo mental nem no mundo físico e que são designadas por partes do discurso que não são substantivos, mas qualidades e relações: os universais. Todo o conhecimento *a priori* respeita exclusivamente a relações entre universais.

As proposições gerais da matemática e da lógica são *a priori*, porque consistem em relações entre universais.

Temos conhecimento *a priori* dos princípios lógicos, das proposições gerais da matemática pura e dos valores éticos.

O conhecimento *a priori* não é um conhecimento sobre a constituição das nossas mentes, é um conhecimento sobre as coisas: aplica-se a tudo o que há no mundo de mental e não mental.

PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA, Joaquim de Carvalho

TEMA: Saudade e finitude

No ser divino é inconcebível a saudade. Nos seres humanos, pelo contrário, ela é um fenómeno de significação universal. A saudade é a manifestação da nossa insuficiência ontológica, incompatível com a pura actualidade da substância divina.

A saudade exprime a tristeza por uma perda e o desejo de recuperação de uma plenitude vivida anteriormente. Vivida no presente, a saudade refere-se ao passado e antecipa o futuro. É inseparável da temporalidade e da contingência intrínsecas do ser humano.

Sob a forma de um sentimento, de um modo qualitativo, a saudade revela a condição humana.

SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger

TEMA: Verdade e errância

A verdade como correcção do enunciado. A liberdade como fundamento da possibilidade da correcção. Ek-sistência e desocultamento. A liberdade é «o ek-sistente e desocultante deixar-ser o ente».

O desocultamento do ente, no comportamento particular, oculta o ente no seu todo. O deixar-ser é, simultaneamente, um ocultar: uma in-sistência no ente revelado e o esquecimento do ente enquanto tal. A não-verdade está contida na essência mesma da verdade.

Teimando naquilo que lhe oferece o ente, tomando-o como padrão, o homem erra. A errância é o espaço de jogo da ek-sistência in-sistente, a contra-essência essencial da essência originária da verdade.

Porém, a errância, enquanto desorientação inoportuna e indigência, revela a submissão do ser-aí do homem ao poder do mistério. A re-solução pelo mistério está a caminho, no seio da errância. A perspectiva do mistério, a partir da errância, é o questionar que pensa a questão, essencialmente desorientante, acerca do ser do ente: «descobre-se o fundamento do entrelaçamento da essência da verdade com a verdade da essência».

TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur

TEMA: Linguagem e realidade

A relação dialéctica entre evento e significação constitui o discurso. Se todo o discurso se actualiza como evento, todo é compreendido como significação.

A significação do discurso implica a dialéctica do sentido e da referência. A referência exprime o movimento em que a linguagem se transcende a si mesma, relaciona a linguagem com o mundo. A linguagem radica na nossa condição ontológica de ser-no-mundo. «É porque existe primeiramente algo a dizer, porque temos uma experiência a trazer à linguagem, que (...) a linguagem não se dirige apenas para significados ideais, mas também se refere ao que é.»

A escrita corresponde à extensão do alcance da referência (autonomia semântica do texto, libertação das referências ostensivas). «Graças à escrita, o homem e só o homem tem um mundo e não apenas uma situação.» A escrita, particularmente a escrita literária, é, tal como a pintura, um caso de iconicidade – de aumento estético da realidade. A iconicidade significa a revelação de um real mais real do que a realidade ordinária.

A distância entre o texto e o leitor pode tornar-se produtiva através da dialéctica de explicação e compreensão, na medida em que esta constitui a dimensão epistemológica da dialéctica existencial de distanciação e apropriação. A interpretação é o processo pelo qual o desvelamento de novos modos de ser proporciona ao sujeito uma nova capacidade de a si mesmo se conhecer.

